
Ata n.º 47/XIV/2.ª SL

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de 2021, pelas quinze horas, na Sala 7 do Palácio de São Bento, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, tendo a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Informações gerais

2. Fixação de redações finais das seguintes iniciativas:

- Projeto de Resolução consensualizado em Comissão, tendo por base os **Projetos de Resolução números 779/XIV/2.ª(PAN) e 784/XIV/2.ª(CDS-PP)** - (Recomenda ao governo que promova o apoio da comunidade internacional a Moçambique)

- **Projeto de Resolução n.º 813/XIV/2.ª(PSD)** - (Recomenda ao Governo alterações à abordagem da política de cooperação a integrar na Estratégia da Cooperação Portuguesa para o período de 2021-2030 e na atuação da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia)

3. Apresentação, discussão e votação do parecer referente à [Proposta de Resolução n.º 17/XIV/2.ª \(GOV\)](#) Aprova a adesão da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais, concluída em Viena, em 21 de março de 1986

- **Deputado autor do parecer:** Nuno Miguel Carvalho (PSD)

4. Apresentação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, que requer a audição do Presidente da AICEP Portugal Global - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, sobre o Plano estratégico 2020-2022.

5. Apresentação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, que requer a audição da Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas para que possa prestar esclarecimentos sobre as dificuldades de atendimento na rede consular.

6. Apresentação do texto reformulado do [Projeto de Resolução 804/XIV/2.^a Cristina Rodrigues \(Ninsc\)](#) Recomenda ao Governo que no âmbito das negociações do Tratado da Carta de Energia defenda a sua reformulação profunda garantindo a salvaguarda do meio ambiente e a proteção da saúde pública.

7. Apresentação e discussão dos seguintes Projetos de Voto:

- [n.º 441/XIV/2.^a \(CDS-PP\)](#) - Condenação pela detenção de Alexei Navalny;
- [n.º 442/XIV/2.^a \(PSD\)](#) - Condenação pela detenção de Alexei Navalny pelas autoridades russas.

8. Apreciação e votação das atas números:

- 36, de 20 de outubro de 2020;
- 38, de 11 de novembro de 2020;
- 45, de 5 de janeiro de 2021.

9. Outros assuntos

_____ // _____

Iniciada a reunião, dirigida pelo Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto, começou este por dar as boas vindas a todos.

No **Ponto 1.**, o Presidente da Mesa informou do seguinte:

A Comissão de Defesa Nacional e Negócios Estrangeiros do Parlamento Helénico propõe realizar uma sessão conjunta com a CNECP na segunda metade do mês fevereiro. Para tal, foram propostas as datas de 16 de fevereiro (terça-feira) ou 23 de fevereiro (terça-feira). Ficou assente que os serviços avaliassem a viabilidade técnica de realização da sessão através de videoconferência, considerando a necessidade de existir tradução simultânea.

Perante a impossibilidade de realização hoje, da audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros relativamente à situação em Moçambique e acerca das Lajes, aguarda-se informação do Gabinete SEAP sobre disponibilidade de agenda para 2 ou 9 de fevereiro. Quanto à hipótese de algumas das audições pendentes em Comissão, atentas as condicionantes pandémicas, poderem vir a ter lugar por videoconferência,

houve unanimidade dos presentes no sentido de não prescindir da presencialidade, nos casos em que esteja em causa ouvir o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

No âmbito da Presidência Portuguesa da UE, existe a possibilidade de os Deputados desta Comissão poderem publicar artigos de opinião em meios de comunicação social, relacionados com as matérias relevantes para a programação PESC-PCSD. Os Deputados desta Comissão eventualmente interessados podem contactar os serviços da Comissão e obter informações pormenorizadas.

Encontra-se pendente em Comissão um conjunto de audiências que haviam sido solicitadas por diversas entidades e que a pandemia tem mantido em suspenso. Tais são os casos que seguem:

- Associação de Amizade Portugal-Sahara Ocidental;
- Plataforma Portuguesa das ONGD;
- Movimento “Também somos portugueses” (voto postal para a eleição do Presidente da República para os portugueses que vivem no estrangeiro);
- Associação de Amizade Portugal- Arménia (conflito no Nagorno Karabakh)

Havendo a possibilidade de realizá-las por videoconferência, houve unanimidade no sentido de avançar com a realização das mesmas, tendo os serviços ficado mandatados para efetuar os contactos relativamente à avaliação de datas e meios técnicos a utilizar. Mais ficou decidido que, em regra, o formato de trabalho a adotar fosse o de Mesa e Coordenadores.

Passados ao **Ponto 2.**, o Senhor Presidente procedeu à leitura dos textos propostos para redação final, referentes às iniciativas à margem referenciadas. Submetidas a votação individual e sucessiva, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes, tendo-se registado a ausência do CDS-PP.

Transitados para o **Ponto 3.**, foi concedida a palavra ao Deputado **Nuno Carvalho (PSD)** para apresentação do Parecer referente à Proposta de Resolução à margem referenciada. Salientou a possibilidade de, a partir da data em que as alterações à presente Convenção entrarem em vigor, passar a ser possível que organizações de raiz não-estadual sejam sujeitos de direito internacional público. Concluiu, referindo que o Parecer ora discutido, reunia condições, tanto de forma como de substância para submissão a votação em Plenário.

Seguidamente, registaram-se as seguintes intervenções:

Paulo Pisco (PS), solicitando esclarecimento sobre se o instrumento em causa já reúne número adequado de países ratificantes para que entre em vigor, e ainda, qual a explicação para o longo hiato de tempo decorrido entre a assinatura desta Convenção e o espoletar do processo de ratificação nacional.

Nuno Carvalho (PSD), que recordou a forte politização que a matéria constante das alterações ora tratadas conheceu na cena internacional, não tanto por motivos jurídicos.

Alexandra Vieira (BE), para anunciar a concordância do BE relativamente ao teor do Parecer.

Submetido a votação, o Parecer em apreço foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do CDS-PP).

No **Ponto 4.**, foi concedida a palavra ao Deputado Eduardo Teixeira (PSD) para apresentação do Requerimento constante da OD. Seguidamente, intervieram os Deputados:

Paulo Pisco (PS), para manifestar que o PS não se oporá à vinda do Presidente da AICEP; propôs, porém, que a vinda da entidade fosse diferida até que se conheça o teor do plano estratégico de cooperação, com interesse direto para a audição, tal qual se refere no texto do próprio Requerimento, onde o mesmo surge como uma das motivações essenciais da audição.

Eduardo Teixeira (PSD), para referir que o último plano nesta matéria cessou efeitos em 2019, e que se sabe que a elaboração do novo plano, previsto para janeiro de 2020, ainda não é conhecido, existindo uma situação de atraso que urge averiguar e que por si só, já motivaria suficientemente a audição. Embora concordando com a centralidade da existência do plano de cooperação para a audição requerida, e aceitando algum diferimento na sua realização, não prescinde, contudo, da aprovação do Requerimento, com posterior agendamento da data em concreto, dado que, para todos os efeitos, estamos perante um inexplicável atraso na elaboração de um instrumento importante para a política externa nacional.

Alexandra Vieira (BE), para manifestar a sua concordância com a posição apresentada pelo PSD, tendo sublinhado que o atraso de 23 meses entretanto decorridos desde a data em que o plano deveria ter sido apresentado, tem vindo a colocar muitas das entidades beneficiárias em situação extremamente debilitada.

Paulo Pisco (PS), que lembrou que o atraso na apresentação do plano não pôs em crise a vigência dos mecanismos de apoio previstos para o período de 2021-23. Mais referiu que se se pretende valorizar negativamente o atraso na elaboração do referido plano, então, tal responsabilidade teria de ser imputada ao nível político, o que aconselharia a que na audição estivesse presente o Secretário de Estado da Internacionalização.

Neste seguimento, foi o Requerimento submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes (ausência do CDS-PP).

No **Ponto 5.**, foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Alberto Gonçalves (PSD)** para apresentação do seu Requerimento.

Terminada a apresentação, intervieram os Deputados **Paulo Pisco (PS)** e **Alexandra Vieira (BE)**, tendo manifestado a sua concordância com a audição da Secretaria de Estado em Comissão.

O Requerimento, uma vez submetido a votação, foi aprovado por unanimidade dos presentes (ausência do CDS-PP).

No **Ponto 6.**, foi concedida a palavra à Deputada não-inscrita **Cristina Rodrigues**, que sumariou as alterações introduzidas ao seu texto originariamente apresentado em Comissão. Intervieram seguidamente os **Deputados José Mendes (PS)**, **Eduardo Teixeira (PSD)** e **Alexandra Vieira (BE)**.

A discussão ficou encerrada, tendo o Presidente ordenado a remessa da mesma para agendamento e votação em Plenário.

Passados ao **Ponto 7.**, foi concedida a palavra, sucessivamente, aos Deputados **Eduardo Teixeira (PSD)** e **Telmo Correia (CDS-PP)** para apresentação dos seus Projetos de Votos, os quais, tratando de idêntica matéria, e segundo sugestão do Presidente por todos aceite, foram discutidos conjuntamente. Intervieram os Deputados:

Paulo Pisco (PS), para referir que os votos são convergentes e seguem argumentação sustentada tanto na posição portuguesa com na europeia, acerca da matéria em apreço, pelo que não seria difícil consensualizar um texto único a que todos pudessem aderir.

Alexandra Vieira (BE), para referir que, tal como em qualquer caso de violação dos direitos humanos, o BE votará favoravelmente qualquer dos projetos.

Seguidamente, foi ajustada uma versão de texto único, a partir dos textos originalmente apresentados, a qual, uma vez submetida a votação, foi aprovada por maioria, com votos favoráveis de PS, PSD, BE e CDS-PP, tendo-se registado a abstenção de PCP. O texto ajustado, referente, exclusivamente, à parte resolutiva, vai ser para publicação em Diário da Assembleia da República.

A finalizar e já no **Ponto 8.** da OD, procedeu o Presidente à leitura das atas à margem referenciadas, tendo sugerido que as mesmas fossem votadas em bloco. Neste seguimento, submetidas a votação, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes.

_____ // _____

Nada mais havendo a registar, a reunião encerrou pelas dezasseis horas e trinta minutos, existindo [registo áudio](#) da mesma, assim se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Palácio de São Bento, 27 de janeiro de 2021.

O Presidente da Comissão

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Deputados:

Ascenso Simões (PS)
Carla Sousa (PS)
Edite Estrela (PS)
José Mendes (PS)
Lara Martinho (PS)
Paulo Pisco (PS)
Paulo Porto (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
Susana Correia (PS)
Carlos Alberto Gonçalves (PSD)
Catarina Rocha Ferreira (PSD)
Eduardo Teixeira (PSD)
Ilídia Quadrado (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
José Cesário (PSD)
Nuno Miguel Carvalho (PSD)
Paulo Neves (PSD)
Alexandra Vieira (BE)
João Oliveira (PCP)
Telmo Correia (CDS-PP)
Olavo Câmara (PS)
Carla Madureira (PSD)
Paulo Rios de Oliveira (PSD)
Cristina Rodrigues (NINSC)

Faltaram os seguintes Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Deputados:

Duarte Pacheco (PSD)

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão ocorrida em 30 de março de 2021.